

EDITORIAL

A ética, a política e a Psicanálise

Raul Albino Pacheco Filho



Como nos lembra Abbagnano (1971/2007, p. 904), “um dos problemas mais debatidos em política desde Aristóteles até nossos dias é a relação entre ética e política, problema que se apresenta necessariamente porquanto as duas entidades referem-se à vida prática do homem.” Aliás, Aristóteles deixa clara sua opinião de que ambas compartilham o mesmo âmbito, na medida em que define sua “*Ética a Nicômaco*” como um “tratado de política”. E isso só é possível por ele fazer equivaler o *bem do homem* e o *bem da cidade*, ainda que considerando o segundo maior e mais completo que o primeiro:

Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano. Com efeito, ainda que tal fim seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o Estado, o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar. Embora valha bem a pena atingir esse fim para um indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-Estado. (ARISTÓTELES, s.d./1984, pp. 49-50)

Entretanto, sabemos que essa harmonia entre ética e política foi destruída na Modernidade, como nos lembra Lacan no “*Seminário 7: A Ética da Psicanálise*” (1959-1960/1988):

(...) como o diz Saint-Just, a felicidade tornou-se um fator de política. É pelo fato da entrada da felicidade na política que a questão da felicidade não apresenta, para nós, como possível a solução aristotélica (...) A dialética do mestre e senhor é, para nós, desvalorizada, insisto, por razões históricas, que provêm do momento histórico que vivemos, e que se expressa na política pela fórmula seguinte – *Não poderia haver satisfação de ninguém sem a satisfação de todos.* (pp. 342-343, grifo do autor)

A dificuldade para se conciliar harmonicamente ética e política revela-se no modo como alguns dos temas cruciais a esse respeito sejam (ou tenham que ser) colocados

em termos antitéticos: por exemplo, a oposição entre autonomia e heteronomia, ou as contradições existentes na relação entre o sujeito e a sociedade. A história das ideias, mas, também, a das artes, mostra o esforço dos grandes talentos buscando resolver essas contradições. Descartes já se vira convocado a uma necessidade de fundamentar racionalmente o assunto das diretrizes para a ação dirigida ao mundo. Mas considerou necessária a adoção de uma “moral provisória” (solução considerada “conservadora” por alguns, ou talvez muitos), como instrumento temporário para conceder-lhe uma espécie de moratória, enquanto estivesse em busca de soluções definitivas. Kant, os iluministas, Comte, Marx e tantos outros trabalharam a questão, ora buscando, ora duvidando da possibilidade de superação das contradições. E vários articularam suas reflexões sobre os temas da ética e da política ao advento do capitalismo, da ciência moderna e das grandes transformações econômicas, religiosas e culturais com ele surgidas: por exemplo, Max Weber em *“A ética protestante e o espírito do capitalismo”* (1904-1905/1974).

Ética e política se tornaram tão distintas e desarmônicas a partir da Modernidade, que Badiou afirma ser, a primeira, aquilo que “designa antes de tudo a incapacidade, característica do mundo contemporâneo, de nomear e querer um Bem. (...) uma singular combinação de resignação diante do necessário e vontade puramente negativa, e mesmo destrutiva. Essa combinação, é preciso designá-la como niilismo.” (1993/1995, p. 43) Daí a conclusão, surpreendente para alguns, de que, desde o primeiro momento de constituição da subjetividade contemporânea, a ética *“ratifica a ausência de qualquer projeto, de qualquer política de emancipação, de qualquer causa coletiva verdadeira”*. (Ibid., p. 44)

Não deve causar espanto, portanto, que o título da aula XXIV do *“Seminário 7”* seja *“Os paradoxos da Ética – ou Agiste em conformidade com teu desejo?”* (p. 364). E também não surpreende que Lacan, no desenvolvimento do tema, tome como suporte a referência à tragédia de Antígona para propor:

A ética da análise não é uma especulação que incide sobre a ordenação, a arrumação, do que chamo de serviço dos bens. Ela implica, propriamente falando, a dimensão que se expressa no que se chama de experiência trágica da vida. (Ibid., p. 366)

Lembremos que na Psicanálise, desde a origem, o tema é encontrado no pensamento freudiano: por exemplo, de modo absolutamente explícito, em *“Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”*, (1908), *“O mal-estar na civilização”* (1930) e nos demais (assim chamados) *“textos sociais”*. As menções freudianas à alegoria

schopenhaueriana dos “porcos-espinhos no frio” e à afirmação de Plauto (retomada por Hobbes), de que “o homem é o lobo do homem”, (FREUD, 1930/1987, p. 133) são exemplos de referências que, inequivocamente, remetem ao campo da Ética; e, evidentemente, ressaltando o conflito e não a harmonia. Mas sabemos da recusa de Freud em se envolver mais profundamente em interlocuções com a Filosofia. Daí a afirmação de Lacan:

Se Freud pôde enunciar *seu* princípio do prazer sem sequer ter tido que se preocupar em marcar o que o distingue de sua função na ética tradicional, e sem correr maior risco de que ele fosse ouvido, num eco ao preconceito incontestado de dois milênios, como lembrando a atração que preordena a criatura a seu bem, com a psicologia que se inscreve em diversos mitos de benevolência, só podemos render homenagem à ascensão insinuante, ao longo do século XIX, do tema da “felicidade do mal”. (LACAN, 1963/1998, p. 776)

Lacan, por outro lado, ainda que enfático em separar as fronteiras entre Psicanálise e Filosofia, sempre mostrou vívido interesse pela interlocução entre os dois campos. Daí ter dedicado ao assunto da ética um ano inteiro de seus seminários, além de um de seus mais importantes escritos: “*Kant com Sade*” (1963/1988). Os nomes dos pensadores visitados ao longo dessas suas reflexões incluem, entre muitos outros, Kant, Sade, Marx, Aristóteles, Hegel, Bentham, Nietzsche, Kierkegaard, Sacher-Masoch e Agostinho. E os temas abordados incluem os assuntos tradicionalmente analisados no campo da Ética: o Bem, o Belo, a Morte, o Ato, o Desejo, a Felicidade, o Prazer, o amor ao próximo e assim por diante. Em Lacan, porém, trata-se de uma reflexão rigorosamente fundamentada no pensamento psicanalítico, o que, inevitavelmente, convoca a dimensão do *desejo*:

Proponho que a única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo. (...)

O que chamo *ceder de seu desejo* acompanha-se sempre, no destino do sujeito – observação isso em cada caso, reparem em sua dimensão –, de alguma traição. (LACAN, 1959-1960/1988, pp. 382-384, grifo do autor)

E sabemos que, ao polo do desejo, opõe-se a ética tradicional: ainda que, é claro, não em sua totalidade.

Qual é a contribuição efetiva que a Psicanálise pode trazer para pensar essa relação desarmônica entre ética e política, na contemporaneidade: esse período histórico em que “o desejo do homem, longamente apalpado, anestesiado, adormecido pelos

moralistas, domesticado por educadores, traído pelas academias, muito simplesmente refugiou-se, recalcou-se na paixão mais sutil, e também a mais cega, como nos mostra a história de Édipo, a paixão do saber” (ibid., p. 379). É possível, apesar de tudo, como quer Badiou (1993/1915, p. 98 e p. 57), esboçar a reconstrução de um conceito admissível de ética, que “subordine sua máxima ao devir das verdades”: o princípio de continuação de um processo “que dá consistência à presença de alguém na composição do sujeito que induz o processo dessa verdade”?

O tema deste número de *A Peste* foi escolhido pensando em oferecer aos autores oportunidade de publicar na revista reflexões orientadas pela Psicanálise, ou por outras orientações e pensamentos que com ela possam propiciar alguma interlocução, a respeito de temas e questões que, de alguma maneira, tenham incidência sobre o campo da ética e política.

Referências

- ABBAGNANO, N. (1971). Política. In: *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 900-905.
- ARISTÓTELES (s.d.). Ética a Nicômaco. In: *Aristóteles*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BADIOU, A. (1993). *Ética: um ensaio sobre a consciência do mal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FREUD, S. (1908). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. XXI.
- (1930). O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. XXI.
- LACAN, J. (1959-1960). A ética da Psicanálise. In: *O seminário: Livro 7*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- (1963/1988). Kant com Sade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- WEBER, M. (1904-1905). A ética protestante e o espírito do capitalismo. In: *Weber*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 181-237.